

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – OUTUBRO 2024

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	4
IPI	5
JURISPRUDÊNCIA	5
IR E CSLL	6
LEGISLAÇÃO	6
JURISPRUDÊNCIA	6
PIS E COFINS	8
JURISPRUDÊNCIA	8
DIVERSOS	9
LEGISLAÇÃO	9
JURISPRUDÊNCIA	9

ICMS**LEGISLAÇÃO**

1. REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS OU EQUIPARAÇÃO À OPERAÇÃO SUJEITA AO IMPOSTO – DISCIPLINA – EFEITOS A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024
 - **Convênio ICMS nº 109, de 03 de outubro de 2024 (DOU 07.10.24)**
 - **Convênio ICMS nº 124, de 25 de outubro de 2024 (DOU 31.10.24)**
2. SAÍDA DE ENERGIA ELÉTRICA INJETADA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO, GERADA POR UNIDADE CONSUMIDORA CLASSIFICADA COMO MICROGERAÇÃO OU MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIA ELÉTRICA SOLAR FOTOVOLTAICA PARTICIPANTE DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – AUTORIZAÇÃO PARA A DISPENSA DO RECOLHIMENTO DO ICMS DIFERIDO
 - **Convênio ICMS nº 112, de 25 de outubro de 2024 (DOU 31.10.24)**
3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS ELETRÔNICOS, ELETROELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS – ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO ÚNICO DO PROTOCOLO ICMS nº 70/2011
 - **Protocolo ICMS nº 35, de 30 de setembro de 2024 (DOU 01.10.24)**
4. MA – ICMS-IMPORTAÇÃO E ICMS-DIFAL – REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO NAS AQUISIÇÕES REALIZADAS POR CONCESSIONÁRIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - REQUISITOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DA EMPRESA INTERESSADA
 - **Portaria nº 419-GABIN, de 08 de outubro de 2024 (DOE-MA 16.10.24)**
5. MG – EMISSÃO DE NF-E EM CASO DE NÃO ENTREGA OU RECUSA DE MERCADORIA COM REMESSA POSTERIOR A DESTINATÁRIO DIVERSO DA OPERAÇÃO ORIGINAL– ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO DECRETO nº 48.589/2023
 - **Decreto nº 48.905, de 02 de outubro de 2024 (DOE-MG 03.10.24)**
6. MG - REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – INCORPORAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO ICMS nº 109/2024 AO RICMS/MG
 - **Decreto nº 48.930, de 30 de outubro de 2024 (DOE-MG 31.10.24)**

7. PE - REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE – INCORPORAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO ICMS Nº 109/2024 AO RICMS/PE
 - **Decreto nº 57.603, de 30 de outubro de 2024 (DOE-PE 31.10.24)**
8. RJ - PROCEDIMENTOS RELATIVOS ÀS OBRIGAÇÕES PRINCIPAL E ACESSÓRIAS RELACIONADAS AO ADICIONAL DE ICMS DESTINADO AO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS (FECF)
 - **Resolução SEFAZ nº 714, de 10 de outubro de 2024 (DOE-RJ 11.10.24 – ret. 22.10.24)**
9. RS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM AUTOPEÇAS – EXCLUSÃO DO REGIME – EFEITOS A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024
 - **Protocolo ICMS nº 32, de 30 de setembro de 2024 (DOU 01.10.24)**
 - **Protocolo ICMS nº 33, de 30 de setembro de 2024 (DOU 01.10.24)**
 - **Decreto nº 57.848, de 24 de outubro de 2024 (DOE-RS 25.10.24)**
- 10.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM LÂMPADAS ELÉTRICAS – BASE DE CÁLCULO E IVA APLICÁVEIS ATÉ 31 DE MARÇO DE 2025 - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT Nº 95/2021
 - **Portaria SRE nº 73, de 02 de outubro de 2024 (DOE-SP 03.10.24)**
- 11.SP – PROCEDIMENTOS PARA A EMISSÃO DO CT-E SIMPLIFICADO – EFEITOS A PARTIR DE 21 DE OUTUBRO DE 2024 – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA SRE Nº 69/2024
 - **Portaria SRE nº 74, de 02 de outubro de 2024 (DOE-SP 03.10.24)**
- 12.SP – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL COM DIVERSOS REMETENTES OU DESTINATÁRIOS E UM ÚNICO TOMADOR – POSSIBILIDADE DE EMISSÃO DO CT-E GLOBALIZADO ATÉ 30 DE ABRIL DE 2025 – EFEITOS A PARTIR DE 21 DE OUTUBRO DE 2024 – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT Nº 55/2009
 - **Portaria SRE nº 76, de 18 de outubro de 2024 (DOE-SP 21.10.24)**
- 13.SP – EDITAL DE TRANSAÇÃO POR ADESÃO PARA DÉBITOS DE ICMS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DAS EMPRESAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU FALÊNCIA – PUBLICAÇÃO
 - **Edital PGE nº 03/2024 (DOE-SP 21.10.24)**

JURISPRUDÊNCIA

14. EXIGIBILIDADE DO ICMS-DIFAL EM OPERAÇÕES INTERESTADUAIS DESTINADAS A CONSUMIDOR FINAL CONTRIBUINTE DO IMPOSTO – DEBATE DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

15. SP – MERCADORIAS RECEBIDAS COM O IMPOSTO RETIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E REVENDIDAS COM DESTAQUE INDEVIDO DO IMPOSTO – ENQUADRAMENTO NAS HIPÓTESES DE LANÇAMENTO A CRÉDITO INDEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO, PREVISTAS NO ART. 63, INCISOS I A XI DO RICMS/SP – IMPOSSIBILIDADE

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29.588, de 15 de outubro de 2024 (DE-SP 16.10.24)**

16. SP – AQUISIÇÃO DE PEÇAS, EMPREGADAS NO PROCESSO PRODUTIVO, QUE APRESENTAM DESGASTE E DEVEM SER SUBSTITUÍDAS PERIODICAMENTE – MATERIAL DE USO E CONSUMO DO ESTABELECIMENTO – APROPRIAÇÃO DE CRÉDITO DO IMPOSTO PAGO – IMPOSSIBILIDADE

- **Resposta à Consulta Tributária nº 30.158, de 16 de outubro de 2024 (DE-SP 17.10.24)**

17. SP – OPERAÇÕES COM MOCHILAS, DESTINADAS A CONTRIBUINTE PAULISTA, QUE POSSAM SER UTILIZADAS PARA TRANSPORTE DE MATERIAL DE ESTUDANTES – APLICAÇÃO DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

- **Resposta à Consulta Tributária nº 30.371, de 21 de outubro de 2024 (DE-SP 22.10.24)**

18. SP – PROCEDIMENTO DE CORREÇÃO DE ERRO IDENTIFICADO NA NF-E, NO ATO DA ENTREGA, QUANDO NÃO PERMITIDA A EMISSÃO DE NF COMPLEMENTAR OU CC-E – APLICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO AJUSTE SINIEF nº 13/2024 – POSSIBILIDADE

- **Resposta à Consulta Tributária nº 30.470, de 14 de outubro de 2024 (DE-SP 15.10.24)**

19. SP – SAÍDAS DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS DESTINADOS À ZONA FRANCA DE MANAUS – ABATIMENTO DO VALOR DO IMPOSTO DESONERADO, DESDE QUE OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DO ART. 84 DO ANEXO I DO RICMS/SP – ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO AJUSTE SINIEF nº 10/2012 PARA EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL

- **Resposta à Consulta Tributária nº 30.615, de 29 de outubro de 2024 (DE-SP 30.10.24)**

IPI**JURISPRUDÊNCIA**

1. CONCEITO DE “PRAÇA” PARA OS EFEITOS DE DETERMINAÇÃO DO VALOR TRIBUTÁVEL MÍNIMO (VTM) – CARÁTER INTERPRETATIVO DA LEI Nº 14.395/2022 – APLICAÇÃO RETROATIVA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
2. FIRMAS INTERDEPENDENTES – EQUIPARAÇÃO A ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL – IMPOSSIBILIDADE – OBSERVÂNCIA DO VALOR TRIBUTÁVEL MÍNIMO (VTM) NA OPERAÇÃO
 - **Solução de Consulta nº 279, de 16 de outubro de 2024 (DOU 21.10.24)**

IR E CSLL**LEGISLAÇÃO**

1. ADICIONAL DE CSLL - TRIBUTAÇÃO MÍNIMA GLOBAL
 - **Medida Provisória nº 1.262, de 3 de outubro de 2024 (DOU 03.10.24)**
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.228, de 3 de outubro de 2024 (DOU 03.10.24)**
2. PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS INADIMPLIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – EXCLUSÃO EM 1/84 POR MÊS
 - **Medida Provisória nº 1.261, de 2 de outubro de 2024 (DOU 02.10.24)**

JURISPRUDÊNCIA

3. ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL NO REGIME DO LUCRO PRESUMIDO – TEMA INFRACONSTITUCIONAL
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
4. IRPF - NÃO INCIDÊNCIA NO ADIANTAMENTO DE LEGÍTIMA
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
5. IRPF – REMESSA PARA EXTERIOR A TÍTULO DE PENSÃO E APOSENTADORIA - INCONSTITUCIONALIDADE DA ALÍQUOTA DE 25% DE IRRF
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
6. PRL PAGA A ADMINISTRADOR EMPREGADO - INDEDUTIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NO EXTERIOR – RECOLHIMENTO APÓS O ENCERRAMENTO DE ANO-CALENDÁRIO – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO NO BRASIL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. AJUSTE A VALOR JUSTO – AUSÊNCIA DE CONTROLE EM SUBCONTA – INEXISTÊNCIA DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA, PELAS PESSOAS FÍSICAS, APÓS RECEBIMENTO VIA REDUÇÃO DE CAPITAL – PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO LEGÍTIMO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CONCOMITÂNCIA ENTRE MULTA ISOLADA E DE OFÍCIO – POSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. PLANOS DE *STOCK OPTIONS* – OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR NO MOMENTO DA OPÇÃO PELO EXERCÍCIO DO DIREITO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. SALDO NEGATIVO – ESTIMATIVAS DEPOSITADAS JUDICIALMENTE – POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO NA COMPOSIÇÃO

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. LUCRO PRESUMIDO – ATIVIDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LOCADOS A TERCEIROS – DESPESAS CONDOMINIAIS, TAXAS E TRIBUTOS PAGOS PELOS LOCATÁRIOS – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO

- **Solução de Consulta nº 2.074, de 10 de outubro de 2024 (DOU 18.10.24)**

PIS E COFINS**JURISPRUDÊNCIA**

1. REDUÇÃO E RESTABELECIMENTO DE ALÍQUOTAS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS PELOS DECRETOS Nº 11.322/2022 E 11.374/2023 – NÃO VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. AÇÃO RESCISÓRIA PARA ADEQUAÇÃO À MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO TEMA 69 – CABIMENTO
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
3. RECEITA COM VENDA DE CRÉDITOS DE CARBONO – EQUIPARAÇÃO A RECEITA FINANCEIRA
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
4. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de Florianópolis**
5. OPERADORAS DE SEGUROS – RESERVA TÉCNICA – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
6. PIS E COFINS-IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS – FATO GERADOR – CRÉDITO CONTÁBIL – NÃO OCORRÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. VENDA PARA ENTREGA FUTURA – EXCLUSÃO DO ICMS DESTACADO – MOMENTO DA EXCLUSÃO NO MÊS EM QUE OCORRER O DESTAQUE
 - **Solução de Consulta nº 4.038, de 01 de outubro de 2024 (DOU 01.10.24)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. CRIAÇÃO DO PROGRAMA “RECEITA SOLUCIONA”
 - **Portaria RFB nº 466 de 30 de setembro de 2024 (DOU 01.10.24)**
2. CRIAÇÃO DO PROGRAMA “RECEITA DE CONSENSO”
 - **Portaria RFB nº 467 de 30 de setembro de 2024 (DOU 01.10.24)**

JURISPRUDÊNCIA

3. REINTEGRA – POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS POR DECRETO
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
4. MULTAS QUALIFICADAS EM LANÇAMENTO DE OFÍCIO – LIMITAÇÃO A 100% DO VALOR DO TRIBUTO DEVIDO – APLICAÇÃO DE 150% LIMITADA ÀS SITUAÇÕES EM QUE RESTE COMPROVADA A REINCIDÊNCIA DA CONDUTA SONEGADORA
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
5. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM LEILÃO – IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA, DO ARREMATANTE, DOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS ANTERIORES À ARREMATAÇÃO, MESMO COM PREVISÃO EM EDITAL
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
6. EXTINÇÃO E EXECUÇÃO FISCAL POR PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – NÃO CABIMENTO DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
7. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – FALTA DE PARTICIPAÇÃO PRÉVIA DO SINDICATO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
8. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – PREVISÃO EM ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA – NECESSIDADE DE PACTUAÇÃO PRÉVIA – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
9. ITR – VALOR DA TERRA NUA – LAUDO TÉCNICO – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DA ABNT
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

10. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – DIRETORES ESTATUTÁRIOS – INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR EM REGIME ABERTO – OFERECIMENTO A APENAS UM GRUPO DE EMPREGADOS – POSSIBILIDADE – NÃO INCIDÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO – NÃO INCIDÊNCIA INDEPENDENTEMENTE DO VALOR – INCIDÊNCIA EM CASO DE PAGAMENTO EM DINHEIRO

- **Solução de Consulta Interna nº 5, de 26 de setembro de 2024 (Boletim de Serviço da RFB de 02.10.24)**